



Apresentação Pública do Manifesto “Um compromisso nacional para uma transformação digital centrada no ser humano”

CONCLUSÕES

15 de março de 2021

A APDSI, no âmbito da atividade do seu Grupo de Missão “Questões Éticas decorrentes da conceção e utilização de Tecnologias Digitais”, realizou um evento online para apresentação pública do [Manifesto “Um compromisso nacional para uma transformação digital centrada no ser humano”](#), no dia 10 de março.

O Manifesto, que pode ser assinado através de resposta ao questionário criado para o efeito e disponível no site da APDSI, propõe a **constituição de uma Plataforma Nacional, que consubstancie, em várias linhas de ação, um compromisso dos profissionais, das organizações e dos seus dirigentes, numa visão ética e segura, no governo e operacionalização das tecnologias digitais.** Através do Manifesto, a APDSI pretende alertar para a necessidade de o Ser Humano estar no centro das atenções quando se tomam decisões relacionadas com o mundo tecnológico que, nos últimos dez anos, tanto tem mudado o contexto público e privado, como enquadrou **Nuno**

Guerra Santos, vogal da direção da APDSI, que moderou as intervenções que pautaram a apresentação deste Manifesto.

Mariana Vieira da Silva, Ministra de Estado e da Presidência, começa por ressaltar que determinados assuntos, como este, não devem ficar apenas nas mãos dos seus especialistas, até porque, em pleno advento da transição digital, parte das nossas relações de afeto tiveram, necessariamente, que passar pelas tecnologias. “O computador tem hoje múltiplos formatos que fazem cada vez mais parte da nossa vida e acaba por ser, talvez, o objeto mais pessoal de todos”, introduz.

Esta evolução cada vez mais rápida das tecnologias, faz com que, atualmente, se misture com outros processos evolutivos a que a sociedade também assiste. **Esse processo evolutivo não vai, simplesmente, substituir as dimensões analógicas pelas digitais;** implica, pelo contrário, uma ligação entre os dois mundos, em que ambos se sustentam e se apoiam no outro.

Inteligência Artificial, Internet das Coisas ou Computação Quântica são tecnologias que nos vão permitir ter carros sem condutor, manobrar máquinas a grandes distâncias ou fazer cirurgias em locais onde não é possível ter médicos com algumas especialidades. Outra grande vantagem é que estas tecnologias também vão permitir a substituição do Ser Humano em ensaios clínicos para tratamentos médicos ou ensaio de vacinas com maior rapidez e segurança, e superando questões éticas tão debatidas também nos dias de hoje. “Todas estas possibilidades trazem um entusiasmo que, enquanto nos inquieta, também traz soluções para os problemas que vamos encontrando. O mundo de oportunidades que aqui se criam não é perfeito. Temos que aprender a lidar com estas ameaças com a noção de que estes problemas têm uma dimensão extremamente desigual”, ressalva a Ministra.

Mariana Vieira da Silva sublinha, no entanto, que **instrumentos técnicos, jurídicos, organizativos, formativos e educacionais estão a ser desenvolvidos com o intuito de combater essa desigualdade** e para reforçar a resiliência da sociedade face às ameaças vindas deste universo sofisticado e com motivações complexas.

Esta integração entre o físico e o digital, conduz a uma análise dos riscos não apenas do ponto de vista tecnológico, mas principalmente dos que residem no elemento humano da equação e que ganham forma no *ciberbullying*, no uso indevido de informação, ou nos discursos de ódio – tudo manifestações digitais de problemas sociais já bem conhecidos.

Ainda assim, a Ministra de Estado e da Presidência não esquece que existem outros problemas que são exclusivos da dimensão digital, como “os comportamentos aditivos e elevados níveis de dependência entre crianças e jovens; elementos que podem favorecer a manipulação e a agressão”.

A vulnerabilidade do Ser Humano perante a mudança também nos pode ajudar a construir um mundo mais preparado para fazer face a estas mudanças, daí que “pensar a tecnologia centrada nas pessoas seja tão importante. Temos, certamente, muito para regular nos próximos anos, mas temos de perceber determinados comportamentos sociais que já estão na base de algumas dinâmicas e os contextos em que ocorrem”, diz.

A missão de combate à misoginia e à violência em contexto digital tem vindo a ser uma das áreas mais estudadas e que ganhou um novo foco neste último ano de pandemia.

O Centro Nacional de Cibersegurança também se tem vindo a debruçar sobre estas questões nos seus relatórios e tem vindo a disponibilizar formação sobre cibersegurança através de vários cursos. O Governo entende que os passos seguintes passam, precisamente, pela formação em literacia digital e no assegurar do ensino da computação desde o nível mais básico visando uma ética digital sustentada na programação e computação. O plano “Portugal Digital” agrega estas necessidades deste mundo moderno, nomeadamente através do capítulo dedicado à educação e literacia digitais.

A Ministra saudou, ainda, todos os que subscreveram o Manifesto da APDSI demonstrando, assim, “uma preocupação e um olhar abrangente e multidisciplinar para a questão da transformação tecnológica”.

Luís Antunes, *Data Protection Officer* na Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e Professor no Departamento de Ciência de Computadores na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (DCC – FCUP), introduziu o tema mostrando-se, naturalmente, favorável à tecnologia e às inovações que tem introduzido.

A Sociedade da Informação evoluiu para uma rede de objetos interligados (já não apenas computadores), que têm por objetivo trazer maior eficiência e facilidade aos nossos dias.

Objetos, pessoas, carros, casas, equipamentos e infraestruturas estão a criar um mundo computacional omnipresente. Através desta rede, a Internet das coisas dá informações sobre o meio ambiente, influencia-o e cria serviços. **Estamos a assistir a uma extensão da Internet a um nível subsequente em que se aproxima o ambiente digital do físico.** “É um ambiente que liga a informação das coisas, direitos, liberdades e garantias que temos por garantidos no mundo físico e damos como certos, mas que podem ser questionados no mundo digital”, alerta o Professor.

A Internet das Coisas levanta questões como a vídeo vigilância com implicações nos direitos, liberdades e garantias do Ser Humano. Serão as câmaras suficientes ou será que condicionam a liberdade no espaço público?

Nas ferramentas de reconhecimento facial, algoritmos já existentes induzem algum viés do ponto de vista racial e de género. Os Estados Unidos, que até acreditam na autorregulação do mercado, estão preocupados com esta questão.

Já os veículos de condução autónoma, como vão tomar decisões? Os programadores sabem que se os carros chocarem num determinado ângulo, alguém morre. Quem vai implementar essa exceção? Qual é a exceção que vamos implementar e vai decidir quem morre e quem sobrevive? A resposta tem de partir da Sociedade Civil: “É importante que a sociedade civil e as *startups* percebam que estamos a discutir isto e que vai ter de ser a sociedade civil a falar por todos nós”, alerta.

Recolha massiva de dados pessoais, a proliferação de notícias falsas nas redes sociais (tendo em conta que os media estarão regulados), a manipulação das pessoas com base nos seus perfis e a manipulação de eleições são tudo **problemas que decorrem da manipulação das novas tecnologias.**

Quando se fala em ecologia e na preservação do planeta, também devíamos ter presente que as *bitcoins*, o dinheiro do futuro, estão a ser muito questionadas dado o custo, do ponto de vista energético, de sua criação, num sistema que, já foi estudado, consome num ano tanta energia como toda a Argentina – energia não verde.

Para Luís Antunes, também é questionável se deverão ser as redes sociais a decidir quando cancelar contas: “Deviam ser as pessoas ou os tribunais porque aquilo que aconteceu nos Estados Unidos com Donald Trump no Twitter, amanhã pode acontecer connosco. Estas decisões não deviam estar nas mãos do livrearbítrio”. De referir, ainda, que países com governos democraticamente eleitos não conseguiram impor-se aos gigantes tecnológicos, o que nos deveria preocupar de sobremaneira.

O manifesto procura condensar estas preocupações, mas não travando o desenvolvimento económico. Afinal, o que se pretende é que haja uma co-responsabilização de empresas e profissionais para que os problemas venham a ser resolvidos da melhor forma, ao abrigo desta transformação digital.

Coube a **Vergílio Rocha, Coordenador do Grupo de Missão “Questões Éticas decorrentes da conceção e utilização de Tecnologias Digitais”, deixar algumas notas complementares sobre o Manifesto** (com 217 assinaturas à data da sua apresentação pública), estando publicado no site da APDSI, e que assenta em sete objetivos base:

- 1) Promover a literacia digital de todos os nossos concidadãos, num Plano Nacional para a Literacia Digital;
- 2) Incentivar as universidades e outras instituições de ensino na criação de competências humanistas e éticas nos profissionais e no desenvolvimento de tecnologia que promova uma abordagem humanista da transformação;
- 3) Promover uma definição e clarificação do corpo de valores deontológicos dos profissionais de tecnologias da informação e comunicações, bem como promover junto das organizações o respeito pelas opções éticas desses profissionais;

- 4) Promover o aparecimento de entidades que possibilitem a avaliação dos produtos digitais com impacto nas pessoas;
- 5) Incentivar as empresas tecnológicas a utilizarem processos transparentes, que evitem a manipulação dos seus utilizadores, contribuindo assim, para o desenvolvimento da relação de confiança com os seus utilizadores;
- 6) Incentivar as organizações em geral, quando abraçam novas opções tecnológicas baseadas em sistemas autónomos, a efetuar sistematicamente processos de avaliação risco/ benefício dos investimentos, incluindo na análise valores éticos e humanistas;
- 7) Defender junto do Estado a promoção de um contexto nacional e europeu de *open strategic autonomy*.

Estimular uma atitude humanista na atividade profissional de quem desenvolve as novas tecnologias é o caminho que a APDSI pretende incentivar. “O Manifesto nasceu porque se constata que ainda não existe na sociedade portuguesa uma confluência de vontades que promovam os valores nele enunciados; pretende-se promover uma consciência ética na transformação em curso através do apoio às organizações e profissionais”, ressalva Vergílio Rocha.

Incentivar as tecnológicas a utilizarem processos transparentes que evitem a manipulação dos seus utilizadores, também já abordados pelas instituições de Ensino, é o **próximo passo a que o Manifesto se propõe**. Posteriormente, deverá ser feita sempre uma abordagem benefício/risco nos investimentos por parte das empresas, por forma a respeitar o utilizador humano e a sociedade no seu conjunto.

Os próximos níveis de cumprimento dos sete itens elencados no Manifesto passarão pela operacionalização de ações, pela proposta de eventos nas organizações para promoção de práticas éticas e seguras, por dar continuidade à recolha de assinaturas ao Manifesto – o que será um indicador do grau de adesão da comunidade a esta abordagem ética da transformação digital, e por tomar posição sobre assuntos pendentes relacionados com as TIC.

Pretende-se que, de futuro, as organizações “sejam um polo agregador das ideias ali presentes com a adesão da Sociedade Civil ao debate sobre problemas e riscos que devem estar presentes na ideia e desenvolvimento de opções tecnológicas, que elevem a cidadania digital de Portugal e promovam a incorporação da tecnologia na sociedade”, conclui o Coordenador do Grupo de Missão “Questões Éticas decorrentes da conceção e utilização de Tecnologias Digitais”.

Na fase de perguntas e respostas, que encerrou a apresentação pública do Manifesto “Um compromisso nacional para uma transformação digital centrada no ser humano”, foi levantada a questão da importância da regulação, à qual a Ministra de Estado e da Presidência respondeu que há um quadro normativo a ser construído ao nível europeu: “Enfrentamos um desafio grande de transição económica, que ocorre no âmbito da transição digital, mas também para além dela. O governo aposta em qualificações nesta área para garantir que as crianças e jovens possam ter acesso a uma formação específica na área da programação, mas também estamos a trabalhar num conjunto de programas que possam acompanhar a evolução, num *reskilling* em setores que vão perder empregos nos próximos anos, dando-lhes uma dimensão tecnológica”.

As indústrias terão acesso a meios para fazerem face a esta formação, propostos do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), numa aposta significativa na transição digital e qualificações a ela associadas com forte componente de *reskilling* e aumento de capacidades no nosso país nas áreas de CTEM.

Relativamente à formação profissional, tem de se fazer um forte investimento na modernização tecnológica nos centros de formação de modo a conseguirem acompanhar estas novas necessidades formativas, garantindo um acesso uniforme às tecnologias e à Internet.

Em complemento, Luís Antunes recorda a diferença entre a regulação na Europa, preocupada em Regular, e os Estados Unidos, onde a autorregulação costuma imperar.

“A Europa tenta proteger-se de cair em regimes totalitários através da regulação porque a tecnologia e o ciberespaço facilitam regimes totalitários. Quanto ao papel da sociedade, para já serão as empresas que têm a obrigação moral de refletir sobre a forma como a tecnologia vai impactar na sociedade. Regular é a tentativa de equilibrar este jogo”, insiste.

No espaço europeu começámos com o RGPD, e, entretanto, a Comissão Europeia aprovou a construção de uma *cloud* europeia.

Vergílio Rocha afirma que a regulação não impediu o desenvolvimento tecnológico, pelo que condicionar a evolução tecnológica é um erro que os Estados correm o risco de cometer: “Os Estados têm que garantir que a lei existe para nos proteger, não pode haver áreas fora da lei e os profissionais têm que ter consciência dos impactos das suas ações, das suas criações”, enfatiza, ao acreditar que os países que o fizerem vão ter vantagens competitivas muito grandes.

Maria Helena Monteiro, Presidente da Direção da APDSI, encerrou a sessão de apresentação do Manifesto, referindo as novas metas para a transição digital apresentadas pela vice-presidente da Comissão Europeia. A pandemia mostrou que existe um fosso e uma pobreza digitais. Em Portugal teremos que andar mais rapidamente para acertar o passo com o ritmo mundial.

“O PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) apresenta-se como um desafio enorme para todos nós nas metas e alvos a atingir, são peças indispensáveis para se traçarem caminhos e para os seguir. Diria que não há espaço para aliviar esse trajeto”, destaca a Professora.

Para tal, Maria Helena Monteiro destaca quatro grandes metas e estratégias para a transição digital, estabelecidas pela União Europeia:

- 1) Reforçar as qualificações digitais e o volume de mão de obra europeia especializada em tecnologias da informação. Bruxelas pretende que, em 2030, 80% dos adultos tenham competências digitais básicas e haja 20 milhões de

especialistas em TIC no mercado de trabalho. Em 2019 existiam 7,8 milhões e é objetivo este número passar para 20 milhões de especialistas em tecnologias;

- 2) Criar infraestruturas digitais seguras, eficazes e sustentáveis. Conectividade para todas as famílias será um dos grandes desafios dos próximos tempos;
- 3) Promover a transição digital nos negócios. Na verdade, não será possível atingir níveis de competitividade com outros espaços do mundo se não se fizer este salto tecnológico. Hoje temos 15% de PME's digitais na Europa e pretende-se que, em nove anos, 90% das PME's apresentem um nível básico de adoção ao digital.
- 4) Digitalizar os serviços públicos, onde é necessária uma aceitação e transformação muito grandes.

“Estras metas estão ligadas à cidadania digital através dos direitos e princípios europeus. É um ano de debate destes princípios, para os quais todos deviam ser incitados a contribuir”, resume Maria Helena Monteiro.

A Professora despediu-se espelhando orgulho no Manifesto e deixando o apelo para o fortalecimento das questões éticas entre os profissionais das tecnologias, contribuindo para uma consciência digital em Portugal com o cidadão no centro das decisões.

O desafio que a APDSI pretende lançar passa por fazer com que **todos sejam cativados e sejam a voz de alguns princípios do manifesto**, dando início a uma fase de um Portugal com mais consciência para a comunicação digital. Todas as academias e empresas devem ter consciente o papel que têm na divulgação da Sociedade da Informação com o cidadão no centro.

Nuno Guerra Santos, enquanto moderador, encerrou os trabalhos agradecendo aos oradores e a todos os participantes a presença nesta sessão dedicada à Apresentação Pública do Manifesto “Um compromisso nacional para uma transformação digital centrada no ser humano”.

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

URL | www.apdsi.pt

email | secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt

Patrocinadores Globais da APDSI

The Accenture logo, featuring a purple chevron symbol above the word "accenture" in a bold, black, sans-serif font.

The AWS logo, consisting of the lowercase letters "aws" in a bold, black, sans-serif font, with a yellow curved arrow underneath.

The Google logo, featuring the word "Google" in its characteristic multi-colored font (blue, red, yellow, blue, green, red).